

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.995 - AP (2019/0300306-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADOR : ANDRÉ ROCHA - AP001660
RECORRIDO : CAMILA LOUREIRO OLIVEIRA
ADVOGADOS : IVANCI MAGNO DE OLIVEIRA - AP001004
IVANCI MAGNO DE OLIVEIRA JÚNIOR - AP003458
PEDRO PAULO FAJARDO CAPIBERIBE - AP003267

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Amapá, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. ALTURA MÍNIMA. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA RAZOABILIDADE E ISONOMIA. COMPROVAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1) O prazo para impetrar mandado de segurança é de 120 dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado, no caso, o Edital nº 026/2018-CSFD/QPPMC/PM, que divulgou o resultado preliminar da 5ª fase do certame (exame de saúde), considerando inapta a impetrante. 2) Ajuizada a ação mandamental no prazo legal, não há que falar em decadência. Preliminar rejeitada. 3) No caso, em que pese a exigência de altura mínima tenha amparo legal, impõe restrição que não garante, necessariamente, o melhor desempenho das atribuições do cargo concorrido, isso porque a verificação de aptidão física do aspirante é atingida por meio de provas e exercícios específicos previstos na 3ª fase do certame (Teste de Avaliação e Aptidão Física). 4) Se a impetrante demonstrou no curso do certame ser capaz de ultrapassar todas as fases referentes à capacidade pessoal para o exercício do cargo, não se amolda aos princípios constitucionais da razoabilidade e da isonomia a sua eliminação do concurso exclusivamente pela sua estatura. 5) Segurança concedida.

Os posteriores aclaratórios foram rejeitados em acórdão resumido na seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Vício INEXISTENTE. 1) Em que pese não haver a indicação dos dispositivos constitucionais, consignou-se que o art. 10, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 084/2014, que fundamentou o item 3.1., alínea "h", do Edital nº 001/2017 - CFSD/QPPMC/PMAP, encontra-se em linha de confronto com os princípios

Superior Tribunal de Justiça

da razoabilidade e da isonomia, os quais, a seu turno, são hauridos do texto constitucional. 2) Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

O Estado do Amapá alega em seu recurso especial que o acórdão combatido violou os arts. 485, IV e VI, e 1.022 do CPC/2015.

Decido.

Inexiste a violação dos dispositivos acima mencionados, porquanto a Corte de origem nos aclaratórios bem definiu a fundamentação para desconsiderar a altura mínima prevista no edital, inclusive à luz da legislação local.

Eventual equívoco no exame de norma estadual não cabe ser aferida em recurso especial ante o óbice da Súmula 280/STF.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inc. II, "a", do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator